

Um corpo no mundo: a (r)existência da mulher negra

Camila Barbosa da Silva

Acadêmica do 9 semestre do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG).

Renata Vilela Rodrigues

Doutoranda e Mestra em Estudos de Cultura Contemporânea pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea, da Universidade Federal de Mato Grosso (ECCO/UFMT). Graduada em Psicologia pela UFMT. Docente do curso de Psicologia do UNIVAG.

RESUMO

Este ensaio teórico propõe uma discussão acerca de um olhar para a mulher negra a partir de uma perspectiva anticolonial, rompendo com a visão tradicional e hegemônica pelo qual foi constituído as teorias científicas sobre o processo subjetivador da mulher. Utilizamos para isso, um caminho de exposição teórica a fim de resgatar criticamente os modos de se pensar a construção das subjetividades enquanto objeto da psicologia. Para tanto, são utilizados textos que discutem a ocidentalidade e a ciência psicológica ao longo da história, ressaltando as (re)existências de populações historicamente oprimidas, como as pessoas negras e, em específico, a mulher negra latino-americana. Como resultado deste ensaio, reverberamos vozes de intelectuais negras que contam suas histórias, construímos críticas fundamentadas sobre o lugar ocupado pela mulher negra na Psicologia, e por fim, damos pistas de caminhos a seguir na construção de uma Psicologia anticolonial.

Palavras-chave: Subjetividade. Anticolonialidade. Feminismo. Negritude.

Introdução

*“Eu fêmea-matriz
Eu força-motriz
Eu-mulher
abrigo da semente
moto-contínuo
do mundo”*
(Conceição Evaristo)

A psicologia durante o século XX passou por diversas transformações e afirmações sobre seu objeto de estudo. Afirmar que o objeto de estudo da psicologia é o ser humano seria amplamente vago, dado este o objeto de todas as ciências humanas. Então, tal questionamento é levantado: qual seria o objetivo de uma ciência psicológica? Para esta pergunta, diferentes abordagens dão diferentes respostas anacrônicas, para seu tempo de fundação, que se pode resumir em “subjetividade”, termo este que é utilizado por diversas áreas e abordagens da ciência psicológica.

Figueiredo (1994) mostra as mudanças de pensamentos sobre a ideia subjetiva das filosofias através dos séculos. Em seu livro *A invenção do psicológico*, aponta que, antes do advento e criação da psicologia moderna, era impossível traçar e verificar condições materiais da subjetividade e de sua existência psíquica. Sendo assim, as mudanças refletidas no que hoje entende-se por psicologia(s) passaram, historicamente, por alterações na sociabilidade do sujeito humano, sua materialidade da condição econômica, e alterações em sistemas políticos e de identidade, tais como a reforma pastoral da Igreja Católica no século XVI, o Iluminismo do século XVII e o liberalismo do século XVIII.

O início das experiências psicológicas com Wundt em 1879 é dada como a fundação da Psicologia Moderna, científica e institucionalizada dentro das ideias do iluminismo e do empirismo. Surge, então, uma ideia de como fazer-se a psicologia. Porém, não apenas uma, pois posteriormente diversas linhas psicológicas surgem com fundamentações teórico-filosóficas distintas entre si para disputar a nova ciência (FILHO; MARTINS, 2007). E nesta disputa, também estava a do objeto de pesquisa da psicologia, tornando-se o conceito mais particular para a psicologia, então, a subjetividade, conforme explica Bock (2001, p. 28):

Nossa matéria-prima, portanto, é o homem em todas as suas expressões, as visíveis (nosso comportamento) e as invisíveis (nossos sentimentos), as singulares (porque somos o que somos) e as genéricas (porque somos todos assim) — é o homem-corpo,

homem-pensamento, homem-afeto, homem-ação e tudo isso está sintetizado no termo subjetividade.

Vivendo em um sistema patriarcal e colonial, as mulheres, principalmente as negras, vivenciaram um extenso apagamento histórico de contribuições na produção do conhecimento sobre produção de subjetivação, ao menos no que diz respeito ao que é ensinado nos cursos de formação em Psicologia. Quando nos debruçamos sobre as teorias feministas, percebemos que, ao falar de processo subjetivador, torna-se necessário a desconstrução da noção de conhecimento universal, ou então, de um sujeito universal o qual corresponde às generalizações impostas, apagando outras vivências. Excluídas também do fazer científico, é importante resgatar essa potência feminina e negra de produzir conhecimento, que muitas vezes é descreditada.

Sobre essa invalidação da produção de conhecimento das mulheres, em especial as negras, Grada Kilomba em uma palestra-performance (2016) diz que “Tais comentários ilustram uma hierarquia colonial, pela qual pessoas negras e racializadas são demarcadas. Assim que começamos a falar e a proferir conhecimento, nossas vozes são silenciadas por tais comentários, que, na verdade, funcionam como máscaras metafóricas”. Sendo assim, denotamos a importância do estudo das subjetividades das mulheres negras, uma vez que estão expostas também ao que Gonzalez (2020) chama de duplo fenômeno, ou seja, estão sujeitas não só ao machismo, como também ao racismo estrutural.

Conforme mostrado nos dados da história da psicologia e suas transformações, tendo em vista que ela é uma ciência nova e, portanto, ainda em desenvolvimento, é esperado que o conceito difundido de subjetividade não seja o suficiente para dar conta da materialidade e complexidade que a pesquisa demanda. Dessa forma, pretende-se encontrar em outras formulações teóricas, tal qual através das epistemes decolonial e anticolonial, os caminhos para a construção do conceito de subjetividade contemporânea e, portanto, dar voz a uma história invisibilizada da mulher negra.

Destacamos que, a pretensão deste estudo não é fazer uma revisão de literatura extensa dos termos colonial, decolonial e anticolonial, tampouco aprofundar de que maneira tais vertentes chegam na formação teórica e prática em Psicologia. Como alternativa, pretendemos tão somente a exposição de argumentos que sugerem uma perspectiva diferente da que a psicologia constrói, ao longo da história, acerca das mulheres negras. Não desejamos esgotar as teorias anticoloniais já tão propostas nos últimos anos, mas sim apontar sua existência e questionar seu lugar no fazer psicológico em geral.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar a aplicação do conceito de subjetividade em diferentes literaturas, descrevê-las e incluir um contraponto à forma universalizada como vem sendo tratada e vista pela psicologia. De tal maneira, pretende-se compreender os limites conceituais de subjetividade existentes, a fim de propor um debate sobre a construção da subjetividade contemporânea da mulher negra, além de sugerir, então, pistas para uma nova concepção de sujeito para a psicologia geral, a qual traga uma visão contextual e compromissada com o social.

Para isso, num primeiro momento, discutimos como a psicologia nasce enquanto uma ciência implicada com o estudo da subjetividade humana, na busca de um objeto de estudo para se consolidar nos critérios de ciência da época. É importante resgatar esse histórico, uma vez que a partir dele se desenha a trajetória na qual a psicologia foi constituída, permitindo o entendimento sobre como enxergamos o homem e a sociedade, na contemporaneidade.

Em seguida, partimos para uma análise das vivências das pessoas negras, utilizando dos escritos de Fanon para elucidar sobre as subjetividades que foram construídas no âmago das pessoas negras as quais resistiram a tantos processos de opressão. Enquanto residentes de um país majoritariamente negro, é do nosso comprometimento social que saibamos a história da nossa terra e do nosso povo, com objetivo de combater o racismo estrutural que permeia o cotidiano dos brasileiros, bem como entender o lugar da negritude para, então, situar o contexto da mulher negra.

No próximo momento, discorremos sobre as experiências subjetivas das mulheres negras, pontuando seus modos de resistência e existência. Conjecturando a realidade brasileira e latinoamericana, expomos as heranças da colonialidade na vida dessas mulheres e da sociedade que nos rodeia, revelando a estigmatização imposta a elas, os modos de representação da mulher negra e o que tudo isso implica na Psicologia enquanto ciência e profissão.

Com isso, partimos para as considerações finais, delineando toda a contribuição deste ensaio crítico a partir de um local de vivência da graduanda enquanto mulher negra, assim como para a conclusão deste trabalho que, apesar dos contratempos e do limite que sugere uma contribuição teórica, foi desenvolvido num contexto no qual as lutas das minorias sociais estão constantemente sendo ameaçadas. Portanto, trata-se menos de encerrar a crítica em si, e mais de apontar caminhos possíveis os quais já são discutidos e estão em constante construção.

A noção de subjetividade na ciência psicológica

A partir da segunda metade do século XIX surgiram os estudos especificamente voltados à Psicologia de forma autônoma e independente de outras ciências. Isso se deu, uma vez que desde a Antiguidade Clássica, filósofos e pensadores se debruçavam sobre conceitos que hoje são da psicologia, tais quais mente, comportamentos, consciência e almas. Não só na Antiguidade, como também na Era Moderna, médicos e as recentes ciências sociais também se apropriavam de conceitos que a psicologia tentava se empenhar, procurando, então, seu lugar próprio dentre as ciências existentes (FIGUEIREDO; SANTI, 2016).

Parte da dificuldade consistiu no obstáculo de adoção de um objeto próprio, uma vez que o objeto destacado era a ‘mente’, algo não observável e fora dos critérios positivistas de ciência da época. Na tentativa de instituir a psicologia no rol dessas ciências, de acordo com Figueiredo e Santi (2016), seriam duas as condições necessárias para que pudesse haver interesse na psicologia, ou seja, em seus projetos científicos a partir do século XIX. Uma delas é a noção de uma experiência de subjetividade privatizada, e a outra é a experiência de crise dessa subjetividade.

Os autores propõem a existência da subjetividade privatizada enquanto experiências de individualidade e comportamentos privados, que só ocorrem nessa configuração a partir de um contexto social com características específicas para isso. A Modernidade traz, então, as condições para a construção dessa subjetividade individual que, para os autores referenciados, essas experiências se dão com maior ênfase em momentos de crise social, onde valores e tradições são postos à prova e outras formas de viver são constituídas.

Nesse sentido, na conjuntura em que se deu a problemática psicológica científica, via-se também um novo mundo surgir. A falência da idade medieval era sentida, a abertura do Ocidente para o restante do planeta com seus princípios de globalização, além das ideias burguesas e do sistema capitalista que começavam a se impor. Surge, ainda, a expressão do humanismo moderno, tendo como grande valorização o homem e o “eu” privado, além do marco para a Modernidade, o qual se aloca no ideal de Descartes, ao propor a dúvida metódica e concluir que a única verdade é sua existência e a busca pelo conhecimento centrada em si (FIGUEIRO; SANTI, 2016).

De acordo com Figueiredo e Santi (2016, p. 23), “[...] ao longo dos séculos as experiências da subjetividade privatizada foram se tornando cada vez mais determinantes da consciência que os homens têm da sua própria existência”, e essa subjetividade acaba por se tornar um dos objetos principais de estudo e preocupação da psicologia moderna e contemporânea, dado que resumem uma realidade material das questões atualmente em voga. A constituição de uma subjetividade privatizada e a experiência de crise dessa subjetividade

contribuíram para o papel científico do nascimento da psicologia, e à serviço de quem ou quem ela se estrutura, o capitalismo.

Segundo Figueiredo e Santi (2016, p.49), “enquanto a subjetividade privatizada não está sendo contestada, não há por que se fazer ciência psicológica”, e essa contestação se dá ao passo em que a sociedade vai percebendo que seus valores e princípios tão arraigados não são tão firmes assim, como por exemplo, o princípio da liberdade. Os autores salientam que, com as noções de sindicatos, greves, guerras, confrontos, crescimento industrial, entre outros, urgia a necessidade de um conhecimento que controlasse a população que se rebelava e não obedecia mais às Disciplinas instauradas na sociedade positivista e capitalista. Foi então, nesse contexto, que houve um maior interesse pelo estudo da psicologia científica e independente.

Desse modo, ao Estado restou à necessidade de prever e controlar uma sociedade cada vez mais individualizada e sem muita referência, necessitando recorrer aos ditames da ciência para validar uma política de padronização e normalização, à serviço da ordem social (FIGUEIRADO; SANTI, 2016). Logo, a psicologia, enquanto ciência e profissão, surgiu num contexto de crise de uma subjetividade privatizada, a fim de servir às Disciplinas, bem como prever e controlar os comportamentos individuais.

Além do processo de individualização, houve também um outro de "psicologização" da vida. Segundo Rose (2008), a psicologia, então, triunfa a partir da criação de normas sociais que vão reger as instituições como a escola, a indústria e até mesmo a família. Isso se deu pelo fomento cada vez maior do interesse da sociedade em geral pelo conhecimento de um "self", de um eu interior, essencial e responsável por si na mesma medida em que afastava os ideais coletivos, submetendo-a à alienação e às condições opressivas de vida. Rose (2008, p.158) aponta que “a psicologia é formada, assim, como uma competência em diferenças individuais [...]” ao ser validada cientificamente através de instrumentalizações psicológicas, como os testes, os quais mediam personalidades e determinavam o que era normal e anormal.

Na mesma linha de pensamento, Figueiredo e Santi (2016) afirmam que o surgimento da psicologia se deu sob bases individualistas de caráter liberal, como já destacamos. Bock (1997) também denuncia as formas de práticas profissionais que destituem o homem de seu contexto social. Segundo a autora, a visão de homem determinante da constituição da Psicologia é baseada no liberalismo junto aos modos de produção capitalista, ou seja, valores como liberdade, igualdade, propriedade e segurança eram vistos como naturais ao homem.

Assim sendo, o solo da ciência positivista na qual a psicologia desabrochou foi fertilizado de conceitos universais de neutralidade, objetividade e moral. Coube a ela, então, a manutenção do *status quo* ao se propor a serviço da ordem dominante, estabelecendo práticas

e saberes de controle e adaptação da sociedade. Como fruto desse cultivo, figurou-se uma psicologia atual que ainda vê o homem através de uma concepção liberal, dotado de potencialidades naturais e individualistas, uma psicologia que patologiza, que prioriza a prática clínica em consultórios particulares, uma psicologia que, em suma, retira o homem de sua totalidade social e o insere num processo de individualização (BOCK, 1997).

A crítica que apresentamos até aqui diz respeito à criação e universalização do conceito de subjetividade e dos processos de psicologização, os quais foram responsáveis pelo trajeto da psicologia até os dias de hoje. Como consequência disso, a prática profissional ainda é direcionada a essa imagem de sujeito, produzindo discursos, éticas e estéticas que reproduzem a falácia desse homem universal, levando o saber e a prática Psi para o lado oposto ao que deveria ser seu exercício: o de compromisso social.

A psicologia contava também com vertentes contrárias a que foi citada até então, decidindo romper com essas teorias eurocentradas e importadas, as quais não serviam para conjecturar o “homem” que ficava à margem da história. Lane (1989) em seus estudos, já dizia que “toda psicologia é social”, referindo-se a uma pressuposição de uma prática psicológica que deveria, em primeiro lugar, reconhecer a natureza histórico-social do ser humano. Isso significa admitir o caráter transformador do sujeito, o qual transforma a realidade social em que vive como também é transformado por ela, e expondo a sujeição do indivíduo à História.

No entanto, mesmo com estudos que vão na contramão do que foi o fenômeno de validação da psicologia enquanto ciência, ainda hoje são notáveis os resquícios de uma ideologia, agora, neoliberal. À vista disso, Dreyfus & Rabinow (1995, p. 23) em seus estudos sobre estruturalismo, pontuam que:

Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste ‘duplo constrangimento’ político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno. [...] Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposta há vários séculos.

Certamente, a condição de ‘colonial’ que expressamos aqui, é posta na medida em que a colonialidade é entendida não só como um processo histórico de descobertas e navegações, mas sim para além dessa fronteira geográfica e territorial. Ao passo em que as ciências universalizaram o homem, a expansão europeia, principalmente na América, apagava a população nativa e criava o homem de cor (QUIJANO, 2005). As diferenças eram, então, rigorosamente estabelecidas e validadas, resultando na marginalização de grupos que escapavam dessa subjetividade construída pela psicologia.

De acordo com Quijano (2005), a modernidade e a criação do capitalismo industrial estão epistemologicamente ligadas ao processo colonizador e seus desdobramentos. Logo, só foi possível construir a realidade material que vivemos atualmente a partir de transcursores que envolveram opressão, apagamento de existências diversas, escravização, racismo e marginalização, em geral, de pessoas e populações inteiras. A modernidade não pode, então, apagar esses fatos que estão intrinsecamente ligados à sustentação de suas estruturas opressivas. Por isso, deveria ser papel da psicologia enquanto ciência e profissão direcionar sua prática contra a manutenção dessas estruturas que geram sofrimento.

As vivências de pessoas racializadas

Seguindo a linha de crítica ao colonialismo, é imprescindível que tragamos Frantz Fanon para essa análise. Martinicano, envolvido com o compromisso político de descolonização da África, foi médico-chefe de um hospital psiquiátrico e traz em seu livro *Pele negra, máscaras brancas* uma perspectiva psicológica das consequências da escravização negra. Fanon (2020) elucida também a condição do negro no mundo branco, explicitando as subjetividades constituídas frente a esse mundo, assim como relata as possibilidades de existências para além do que sugere a lógica colonial.

O ponto em que Fanon (2020) se debruça é sobre o homem racializado e a consciência que ele tem de si. Segundo o autor, o negro foi retirado de seu universo simbólico, o qual possuía conhecimentos e linguagens próprias, para adentrar num mundo branco, fazendo com que ele perca toda sua referência de ser. Este “mundo branco”, no entanto, cria o negro a partir da diferenciação de raça, estabelecendo uma superioridade, onde o homem branco se reconhece como humano a partir de um Outro – negro - que é objetificado e coisificado.

Os negros, de um dia para o outro, passaram a ter dois sistemas de referência em relação aos quais era preciso se situar. Sua metafísica, ou, menos pretensiosamente, seus costumes e as instâncias às quais remetem foram abolidos, pois estavam em contradição com uma civilização que eles desconheciam e que lhes foi imposta (FANON, 2020, p. 125).

Cria-se, segundo Fanon (2020), o mito negro. A cultura da branquitude constrói estereótipos sobre o homem negro, representando-o como mau, inferior, criatura animalesca que não se configura como humano. Resta a ele, nessa acepção, a opção de se embranquecer ou de se sujeitar a negritude inventada pelos colonizadores. Porque, de acordo com Fanon (2020, p.188), “há uma busca pelo negro, clamam pelo negro, não podem ficar sem o negro,

exigem-no, mas o querem temperado de determinada maneira”. Dele, então, se espera que seja um ‘bom negro’.

Em razão disso, o autor sugere a presença de um complexo psicoexistencial, o qual se estabelece à subjetividade do ser racializado. Reduzido ao corpo, ele é impossibilitado de chegar a uma consciência de si, pois o discurso colonial o distancia de um ideal de humano. Conseqüentemente, o homem negro se vê num limbo existencial, num lugar de não-ser, mas que tenta a todo custo se provar existente. Essa existência almejada, ora essa, foi naturalizada, inventada e universalizada pela civilização branca, dando a entender que todo esse sistema simbólico e linguístico é, em verdade, o natural, ou seja, a única possibilidade dotada de uma ontologia. Por isso, quanto mais o negro tenta existir no mundo branco, mais ele se depara com sua inexistência (FANON, 2020).

É no processo de se descobrir que o homem negro se vê como objeto e entrega essa objetividade ao outro branco, constituindo, assim, a alienação do povo negro, a partir da cultura e da linguagem ocidental. A redução de seu corpo a uma aparência fixada pelo colonizador aprisiona e, por consequência, impede que o homem negro tenha acesso a seus desejos e a sua subjetividade (VITORIO, 2020). Aliás, percebemos que Fanon (2020) começa seu livro questionando o que quer o homem e o que quer o homem de cor, evidenciando a categoria diferente que se encaixa o homem negro, e assumindo que ele não deseja, pois, sua condição de não-ser, bem como a de alienado, retira essa possibilidade existencial.

Outra característica descrita sobre a alienação é a de embranquecimento, como apresentado pelo autor em diversas passagens: “então, sendo incapaz de pretejar, sendo incapaz de enegrecer o mundo, ela tentaria, em seu corpo e em seu pensamento, embranquecê-lo”. Isso se dá, principalmente, na medida em que existe essa impossibilidade de acessar o mundo dos brancos, a fim de um reconhecimento existencial, porque é da essência do colonizador criar algo a sua semelhança sem, no entanto, viabilizar a oportunidade de se tornar um deles (Fanon, 2020, p. 61).

Descrito todo o processo de alienação do negro, o que Fanon (2020) propõe, portanto, é a libertação desse paradoxo existencial, “[...] o negro não deve mais se ver colocado diante deste dilema: branquear-se ou desaparecer, mas deve poder tomar consciência de uma possibilidade de existir” (p. 114). Ainda, estabelece a probabilidade da criação de um novo modelo de humanismo, onde os colonizados na esfera do não-ser possam se afirmar, de fato, bem como reafirmar sua negritude em toda sua complexidade e possibilidade.

Sou negro, corporifico uma fusão plena com o mundo, uma compreensão simpática da terra, uma perda do meu eu no âmago do cosmos, e o branco, por mais inteligente que seja, seria incapaz de compreender Armstrong e os cantos do Congo. Se sou

negro, não é em decorrência de uma maldição, mas sim porque, tendo estirado a minha pele, consegui captar todos os eflúvios cósmicos. Sou realmente uma gota de sol sob a terra... (Fanon, 2020, p.60).

Além disso, preconiza o reconhecimento das estruturas psicológicas que alienam seus semelhantes, para que possam se reconhecer sem ter como referência o homem branco; sem a crença de que o normal, natural e universal seja o mundo de significações que o outro imperialista criou para aprisionar o colonizado na margem da inexistência. Sua forma de libertação é, portanto, através do corpo. Corpo este que se coloca no mundo como um objeto político, e no qual foi alvo de estereótipos e objetificações “Mamãe, olhe o negro, estou com medo” (FANON, 2020, p.127) e que, agora, deve se afirmar por si só como forma política de viver, de acordo com transformações materiais de existência.

Em conclusão, delineamos uma perspectiva fanoniana das subjetividades negras, as quais anteveem formas de resistência possibilitando um existir no mundo que rompem com a perspectiva colonialista, branca e eurocêntrica. Por fim, Fanon (2020, p.148) expõe o que se espera da experiência negra:

Não sou uma potencialidade de alguma outra coisa, sou plenamente aquilo que sou. Não tenho que perseguir o universal. Não reside em meu íntimo nenhuma probabilidade. Minha consciência negra não se revela como carência. Ela é. Ela é adepta de si mesma.

Ou seja, nada se espera, pois a experiência negra é múltipla, assim como suas subjetividades. Distanciando da análise predominantemente francesa das experiências de Fanon, evocamos uma outra perspectiva, mais focada na realidade colonial brasileira, recorrendo a Antônio Bispo dos Santos, mais conhecido como Nego Bispo, morador do Quilombo Saco-Curtume, no Piauí, Brasil. Ele é ativista do movimento social quilombola e dos movimentos de luta pelas terras. Também fala e escreve sobre a experiência dos negros colonizados, porém, através de uma representatividade vivenciada e experimentada em sua realidade.

Bispo faz uma crítica ao movimento decolonial, englobando todo o saber academicista, o qual tenta falar a partir das experiências dos povos de uma nação. Enquanto a academia escrevia sobre decolonialismo, Bispo falava em “contra-colonialismo”. Para ele, o decolonial é um saber sintético, ao passo que o contra-colonial é um saber orgânico. O morador do Quilombo Saco-Curtume se declara, também, um tradutor, tanto do pensamento de seu povo quanto do pensamento do colonialista, negando o título de pensador (SANTOS, 2018).

Podemos afirmar que Bispo é uma voz representativa de um povo quilombola por si só, sem necessidades de reconhecimentos e garantias as quais a academia tradicional requer. Por

isso, Bispo se diz formado pelos mestres de ofício das atividades de sua comunidade, apesar de escrever e ser figura notória para muitas universidades brasileiras que se propõem a estudar o quilombismo (SANTOS, 2018).

Bispo ressalta a particular subjetividade permeada em seu povo, ao relatar que seu saber e sua cultura são vividos pela oralidade, sendo repassada por gerações. Ainda, diz das diferentes formas de se viver uma vida não retilínea como a do colonizador, apontando que, ao passo em que o saber tradicional é linear e sintético, o saber de seu povo – e de muitos outros povos colonizados, cabendo somente a eles essa descrição – é circular e orgânico. Reivindica, ainda, a importância dos saberes ancestrais e evidencia a sua relação e de seu quilombo com o Cosmo e com a terra (SANTOS, 2018).

Em seus saberes, a terra não é um objeto a ser possuído, mas sim uma entidade viva onde os humanos fazem parte, portanto, deve-se respeitá-la em vez de coisificar e, muitas vezes, destruir. Em relação ao saber cosmológico, Bispo cria o conceito de “confluência” e “transfluência”, que explica a transmissão dos saberes ancestrais de África para o Brasil, uma vez que os colonizados eram impedidos de voltar para seu território, mas conseguiam manter vivas suas tradições e significações e, inclusive, viver em harmonia com os ‘irmãos indígenas’. (SANTOS, 2018).

Dada essa realidade, Bispo propõe uma contra-colonização. Defende, então, que as línguas indígenas sejam aprendidas pela academia, e não ensinadas, assim como várias práticas culturais que foram apropriadas pelo colonizador; que se reescreva uma história dos povos quilombolas a partir do saber cosmológico e politeísta que só eles têm, sem necessidade de ser aprovado por um saber sintético. Em suma, a subjetividade constituída pelo povo quilombola a qual pertence Nego Bispo, segundo ele, se dá numa lógica de emancipação dos povos e das comunidades originárias, através do que ele chama de contra-colonizar (SANTOS, 2018).

Embora Nego Bispo faça uma análise diferente da proposta por Fanon, não cabe aqui, portanto, a comparação entre as duas perspectivas. Tão somente é mostrada as diversas facetas de se entender o processo colonizador que criou povos à margem, assim como demonstrar como cada um deles pode ter uma noção diferente do que seja o homem e sua subjetividade, retirando, portanto, da psicologia e das ciências tradicionais a autoridade de definir o homem e enclausurá-lo numa definição única, que, como já visto, promove a inexistência orgânica de outros povos e saberes.

As subjetividades da mulher negra

Quando trazemos questões sobre subjetividades e povos à margem, principalmente em relação à produção de conhecimento, nos referimos de maneira particular, também, às mulheres. Histórica e socialmente rejeitadas, por muito tempo elas estiveram num lugar de submissão imposto pelo homem, vivenciando as regras de um sistema patriarcal e machista. Ao tratar neste trabalho sobre a colonialidade, não podemos deixar de citar a permanência desta lógica sobre as relações de gênero.

Sabemos que a violência de gênero é sofrida por todas as mulheres, em geral. No entanto, as características que compõem sua estrutura são diferentes de acordo com o contexto que a mulher está inserida. Como mostramos no tópico anterior, mulheres negras e pobres são violentadas de formas muito mais exacerbadas do que mulheres brancas, marcas da realidade escravocrata vivenciada e ainda visível em nossa sociedade. A esse fato, podemos citar a colonização como uma das responsáveis, uma vez que instaurou a escravização e a dominação racial, retirando a condição de humanidade das mulheres negras.

Tentaremos neste tópico resgatar a existência da mulher negra, explicitando o que foi herança da colonização e o que, no meio desse extermínio e genocídio, resistiu e (r)existiu. Intentamos, ainda, traçar brevemente a história da mulher negra que começa bem antes do período de escravização, mas escolhemos trazer às problemáticas criadas por esse processo como um primeiro passo para a elucidação do problema racial brasileiro, a fim de, posteriormente, convocar o pensamento crítico sobre o caminho que estudiosos da Psicologia estão trilhando ao conceber o sujeito em leis gerais e teorizar acerca da saúde mental sem uma visão descentralizada do conhecimento, com pouca noção dos impactos atuais da colonialidade, principalmente no Brasil.

Importante filósofa estadunidense, Angela Davis volta seu olhar crítico para uma intersecção entre a luta de classes, o racismo e o feminismo, e é a partir dela que introduzimos os fatos acerca da mulher negra e sua herança do período de escravização. A visão que Davis (2016) nos apresenta orienta para uma reformulação dessa história. A autora enfatiza que as mulheres negras, tanto quanto os homens negros escravizados, exerciam trabalho duro e compulsório para seus donos. Eram, primariamente, mão de obra lucrativa, propriedade e, em segundo plano, mulher. Davis (2016) ressalta que a condição de mulher no período de escravidão era ofuscada pela repressão, pela desumanização, pelos chicotes, correntes e açoites. Por isso, se fala em igualdade de gêneros durante esse período entre as pessoas escravizadas, entretanto essa igualdade era determinada por uma opressão que reduzia as pessoas negras à categoria de objetos e mercadorias, pouco importava se homens ou mulheres.

Ainda que tratadas apenas como mão de obra, as punições mais violentas foram dadas a elas, uma vez que podiam, além de todos os castigos, ser também estupradas. A cultura do estupro vem do colonialismo que, à princípio, eram cometidos como forma de castigo às mulheres escravizadas, apenas na condição de trabalhadoras. Posteriormente, com a proibição do tráfico de pessoas negras, a mulher foi também usada para gerar filhos que seriam escravizados, negando-lhe a posição materna (DAVIS, 2016). Tido como arma de dominação, o estupro e as violências sexuais permearam a vivência da mulher negra escravizada, sendo seu corpo, desde então, local de livre acesso para homens brancos.

Esse é um fato que ocorreu, também, no processo colonizador brasileiro, pois a cultura do estupro era amplamente difundida e seus cometedores se mantinham impunes, já que tendo a mulher escravizada como posse, em sua relação de patrimônio, tal crime não era passível de punição. No país, isso se mascara como a falácia da miscigenação, mas que tem suas origens em violências e opressões das mulheres, principalmente as negras. Como herança da colonialidade, essa cultura ainda se mantém considerável, uma vez que o número de mulheres violentadas sexualmente no Brasil cresce a cada ano (LACERDA, 2010).

No cenário da escravização, Davis (2016) sugere, ainda, que essas violências eram praticadas na intenção de reprimir as mulheres em suas tentativas de resistência e fuga. Ou seja, as mulheres não eram passivas à opressão, “resistiam ao assédio sexual dos homens brancos, defendiam sua família e participavam de paralisações e rebeliões”, o que contradizia a crescente ideologia de feminilidade da época. Como produto do capitalismo industrial, essa ideologia dominou os modos de representação da mulher branca, afastando-a dos trabalhos em máquinas que se tornaram obsoletas, e a aproximando dos afazeres domésticos. Esses princípios em ascensão instituíram, de vez, uma imagem de inferioridade das mulheres. Todavia, as condições de escravização das mulheres negras impediam que elas correspondessem ao padrão de feminilidade. Este é, portanto, um dos fardos que as mulheres negras carregaram e ainda carregam como herança do período colonial, o questionamento da existência em razão da construção obstinada, pelo sistema socioeconômico patriarcal, de uma figura feminina que a mulher negra, por inúmeras vezes, não se encaixava (DAVIS, 2016, p. 31).

Ainda, conforme Davis (2016), a mulher negra não se rendeu às opressões da escravidão e atuou de forma ativa nas lutas e nas formações dos Quilombos. Inclusive, as mulheres que serviam como amas tiveram papel importante na perpetuação da cultura e da representação simbólica das tradições africanas para os filhos dos donos da terra, repassando seus saberes ancestrais e construindo um Brasil majoritariamente negro.

Diante do que foi exposto, Davis (2016) considera que, a partir da força de resistência da mulher, especialmente da mulher negra, se construíram possibilidades para criar uma nova compreensão da mulher. Logo, este ponto de partida, baseado num olhar norte-americano, nos traz um entendimento da subjetividade construída ao longo da história das mulheres negras. Subjetividade esta que, não se coloca como individual já que se refere a uma experiência coletiva, nem, portanto, única, uma vez que as vivências são múltiplas e as realidades materiais também.

Trazendo como continuação do panorama histórico da mulher negra, recorremos a bell hooks (2019) para traçar a representatividade das pessoas negras, e como esse olhar simbólico e categórico sobre essa população é delineada. De acordo com a autora, o século XXI está sendo marcado por uma rede de signos, representações e questões da ordem do imaginário, levando ao que ela chama de *indissociação entre política e representação*. Dessa forma, atualmente, quando se trata de reinventar possibilidades de mudanças, devemos pensar, à priori, numa perspectiva política, ética e estética.

As condições socioeconômicas da contemporaneidade levam ao questionamento da função do olhar nesse contexto, uma vez que este virou objeto de valor no sistema capitalista. Tais mudanças impactam diretamente no imaginário social, assim como interfere em sua cultura e na relação dialética entre sujeitos, por isso, é importante pensar também a construção das subjetividades das mulheres negras a partir de uma perspectiva contemporânea, de acordo com a realidade material (HOOKS, 2019).

Tal função do olhar e da representação da mulher negra é herança de um longo processo de escravização. No Brasil, seu papel é o de reforçar o mito da democracia racial e afirmar a suposta igualdade entre raças descrita na Constituição Federal (GONZALEZ, 2020). Como descrito por hooks (2019), as iconografias, filmes e representações simbólicas gerais representando a mulher negra mostram-na sexualizada, descartável e, ainda, com um tom de sexualidade selvagem. Levando em consideração a lógica da negritude enquanto *commodity* – produto a ser comercializado, faz-se possível a partir disso que o corpo das mulheres negras seja visto nos critérios dominantes (branco) de “belo”, local a qual foram negadas anteriormente. Todavia, de acordo com hooks (2019, p.145) esses movimentos “parecem representar uma antiestética, que zomba da verdadeira ideia de beleza”, ao perceber a mulher negra tentando se embranquecer numa tentativa de identificação.

No Brasil, esse contexto é facilmente relacionado com a representação da mulher negra *amefricana* que, inserida num local de cultura originário de África, como o Carnaval, ocupa um lugar de sexualização e objetificação, sendo a “mulata” um conceito quase exótico, reafirmando

o racismo presente nesse retrato. A representação do corpo da mulher negra é tida, então, historicamente como um corpo trabalhador, um corpo objeto de entretenimento, um corpo que é retirado a condição de humanidade, que é objetificado, sendo assim, superexplorado econômica e sexualmente (GONZALEZ, 2020).

Ao passo em que utilizamos de autores da Europa e América do Norte, trazemos também uma referência local para reafirmar a ligação entre nossas histórias, as quais têm um extenso passado de opressão de um povo pelo outro, muitas vezes retirando sua condição de humanos. Buscamos também trazer voz e espaço para que se faça presente o discurso de quem está imerso na realidade latino-americana. Nesse contexto, Lélia Gonzalez se faz presente neste discurso, já que é um dos maiores nomes do movimento e do feminismo negro no Brasil, assim como porta voz de uma vivência em negritude na América Latina.

Gonzalez (2020) nos traz um resgate dos conceitos de Democracia Racial e branqueamento da população, situações pelas quais passam os amefricanos – termo cunhado por Gonzalez para dizer dos brasileiros, em especial dos negros e pardos. A primeira, diz respeito a uma ideologia mantenedora da ideia de igualdade racial no país, uma vez que após o fim da escravidão e com o avanço do capitalismo neoliberal, os valores de liberdade e igualdade foram amplamente difundidos. Sendo, então libertos, os negros ocupariam a maior parte da população desempregada os quais faziam trabalhos braçais e domésticos, sem nenhuma política de apoio estatal. Tal concepção de igualdade foi cunhada também na Constituição Federal, apagando todos os anos em que as pessoas negras foram escravizadas e tratadas como produto, estando agora à mercê do próprio “mérito” (GONZALEZ, 2020).

Sobre o embranquecimento da população, Gonzalez (2020) traz um conceito inspirado nas análises de Fanon (2018), ou seja, não tendo outra escolha senão recorrer a uma validação de identificação, o negro tenta ocupar a representação da pessoa branca. Mais especificamente, a autora sugere que esse processo de embranquecimento foi também um processo em que as pessoas negras tiveram de se orientar a fim de ascender economicamente, pois na esfera do trabalho, eram facilmente preteridas por brancos de “boa aparência”.

Esse movimento acontece de forma ainda mais incisiva sobre as mulheres, já que na concepção dominante escravocrata, a mulher ou se transformava em cuidadora e doméstica, ou se curvava à sensualidade exótica vendida no país como entretenimento (GONZALEZ, 2020), como já apontamos. Torna-se importante ressaltar que o mito da democracia racial e o embranquecimento da população negra são questões presentes na sociedade brasileira atual, de importância significativa para a manutenção da estrutura do sistema econômico e social neoliberal, a fim de sustentar a perpetuação do racismo estrutural.

A realidade das mulheres negras é perpassada pela estrutura racista constituída no país, afinal foram quase quatro séculos de escravização e apenas 133 anos de liberdade com pouca ou nenhuma reparação histórica. Isso se dá, também, “devido à conexão com o sistema simbólico que o lugar da mulher negra em nossa sociedade como um lugar de inferioridade e pobreza é codificado em uma perspectiva étnica e racial” (GONZÁLEZ, 2020, p.150). Neste sistema simbólico se inserem, ademais, as mulheres negras de pele clara, chamadas “mulatas” e “pardas”, uma vez que possuem certa passabilidade devido às características estéticas serem mais próximas da estética do branco, com traços finos e pele clara. Todavia, essa falsa inserção num mundo branco não as exime de sofrer o racismo, pelo contrário, a elas são, então, direcionadas as violências simbólicas, ocultadas através do mito da democracia racial (GONZALEZ, 2020).

Por fim, não podemos deixar escapar destes escritos a esfera da afetividade nas subjetividades das mulheres negras. Cada vez mais as relações amorosas se dão numa perspectiva política já que são transpassadas por relações de poder, sejam elas entre homens e mulheres, relações interraciais, afrocentradas e, principalmente, entre a população LGBTQIA+. Trazer o discurso para o campo do amor, ao invés do sexual, constitui um olhar não colonizado para as mulheres negras que, como vimos, tem séculos de sexualização do corpo, exploração, objetificação e violência.

Contudo, ao falarmos sobre relações e amor, nos referimos também aos diversos tipos de relações, sejam elas políticas, econômicas, sociais, institucionais, familiares, entre outros. Ser uma mulher negra que se relaciona em sociedade é, então, carregar o fardo dos estereótipos sexuais, é ser preterida por mulheres brancas, é ser taxada de grosseira quando é assertiva, é ser desacreditada, silenciada, mas é, sobretudo, ter a coragem de continuar (r)existindo num corpo que carrega a cor dessa história.

Rejeitando a fantasia da submissão amorosa, pode surgir uma mulher preta participante, que não reproduza comportamento masculino autoritário, já que se encontra no oposto deste, podendo assim, assumir uma postura crítica intermediando sua própria história e seus ethos (NASCIMENTO, 2006, p.129).

Beatriz Nascimento é uma intelectual negra brasileira a qual inspirou diversas outras mulheres na luta do movimento negro e do feminismo no Brasil, propõe, então, a rejeição das formas de submissão amorosa. Por isso, mas também por tanto, a existência da mulher negra, por si só é resistência, conhecimento e ciência.

Em conclusão, a importância de trazer o retrato do Brasil negro e da mulher negra é de valor inestimável para a contribuição prática e teórica na psicologia. Uma ciência que estuda a subjetividade humana precisa estar em conexão com todas as subjetividades existentes, que

existiram e que foram reconstruídas, uma vez que as pessoas não vivem de forma estática, pelo contrário, existe uma relação dialética entre a territorialidade, os conhecimentos, as ancestralidades, os povos e, ainda, permeadas por relações de poder e sistemas historicamente opressores. Compartilhando da ideia de hooks (2020 p. 113), “a visão de individualidade que emerge de vez em quando está em total concordância com as noções ocidentais de um ‘ser unitário’”. É preciso mais do que reinventar a representação e a consequente subjetividade da mulher negra.

Por isso, ao passo em que trazemos o tema da subjetividade da mulher negra para este trabalho, referimo-nos aos seus modos de existências, que fique explícito, são múltiplos. Tais modos, portanto, são engendrados na estrutura socioeconômica brasileira, herdada da colonização e diariamente construída por meio da alienação, da manutenção do sistema capitalista e da propagação das mídias em massa, além das tantas outras formas de representações simbólicas levantadas até aqui. Os efeitos da branquitude no imaginário social, segundo Carneiro (2003, p.122), se dão como uma “violência invisível que contrai saldos negativos para a subjetividade das mulheres negras, resvalando na afetividade e sexualidade destas”. De tal maneira, a construção subjetiva dessas mulheres é diretamente afetada pela realidade social em que vivem, mas ao mesmo tempo permeadas pelo mesmo motivo de sofrimento e desprivilegio dos negros ao redor do mundo - o racismo.

Com isso, enfatizamos as possibilidades de existências e resistências na vida das mulheres negras, em especial as brasileiras, que se dão através de análises e recriação de práticas que permitam a construção de outros referenciais (CARNEIRO, 2003). Essa construção se dá na própria existência das mulheres negras e está sendo esbravejada a todo momento, então cabe à psicologia, por exemplo, ir atrás de ouvir essas vozes e dar abertura ao protagonismo da vivência, do próprio conhecimento e, também, do sofrimento dessas mulheres, local que cabe a elas este discurso, sem mais nenhum interdito ou sua submissão a uma teoria universalizante da subjetividade que tem privilegiado uma visão eurocêntrica e falocêntrica.

Considerações Finais

Este ensaio teórico-crítico teve como objetivo percorrer um caminho teórico, contribuindo para a construção de um saber psicológico cada vez mais anticolonial, para que possa corroborar o infundável percurso de comprometimento social da prática do psicólogo. Como foco deste trabalho, trouxemos análises sobre a subjetividade da mulher negra, assim como de todo o povo preto, a fim de denunciar as dificuldades contemporâneas de ser negro e,

sobretudo, apontar como a ciência subsidia a manutenção do sofrimento psíquico dessa população.

A maior contribuição deste trabalho é o de identificação com os futuros leitores, sejam eles mulheres, negros, psicólogos, entre outros, da incumbência da sociedade em geral a proatividade em ajudar a destituir as estruturas que ferem e inviabilizam as minorias sociais. É, também, compromisso ético-político-social do psicólogo uma atuação voltada para a compreensão e acolhimento desse sofrimento. Isso se faz, primeiramente, reconhecendo a historicidade das relações, a forma de constituição social de existência e das representações, a ciência da opressão de um povo pelo outro, assim como da existência das relações de poder que, inevitavelmente, configuram distinções de classes.

O conceito de colonialidade é importante para essas discussões, principalmente para um profissional brasileiro que irá encontrar os percalços da prática na realidade em que vivemos. Por isso, enquanto futura psicóloga, mulher, negra e latino-americana, além do processo de pesquisa, o processo de escrita trouxe voz e reconhecimento a tantas angústias sentidas durante a graduação que, como toda realidade, é também, politizada e, acima de tudo, racializada.

Durante o período da graduação, pouca ou nenhuma vez professoras negras integraram a matriz curricular da turma ou até mesmo a equipe de coordenação do curso, ainda que a quantidade de estudantes negros fosse considerável. Manifestamos esse comentário como exemplo pessoal de realidade que não acontece de forma isolada e que traz como consequência uma invisibilidade da existência negra e suas questões, uma vez que não há figura de referência nem uma voz que represente esses estudantes.

Por essa razão, a escolha do foco do trabalho foi a mulher negra e suas subjetividades, pois dessa forma, é possível trazer cada vez mais o debate sobre a negritude, o feminismo e em que local a psicologia se encontra nessas discussões. Como foi apresentado, a psicologia na intenção de estabelecer leis gerais sobre a subjetividade e sobre o homem, o condensou e condenou num modelo branco, masculino, único e dito universal, que aliás, sabemos que se referindo a ‘universal’ trazem à tona, em verdade, um modelo de homem branco colonizador. E, então, quando tentou demonstrar as diferenças entre os sujeitos, a psicologia focou na distinção e diagnosticou, medicou, internou, patologizou e corrigiu – ou ao menos tentou.

Além de tudo, formulou teorias sem abrir espaço às mulheres na ciência ao passo em que as desacreditava, que as denominavam loucas, histéricas. As pessoas pretas, então? Foi somente durante o final da graduação, por iniciativa própria, que a graduanda conheceu teóricos negros e sua intersecção com a Psicologia, rompendo com a visão normativista, intrapsicológico e clínica que ainda atravessa os espaços formadores no Brasil. Sendo assim, o apagamento das

mulheres pelas ciências tradicionais na construção da história foi força motriz para a necessidade de reafirmar as histórias das mulheres negras neste trabalho. Não só suas histórias, como também suas forças, suas lutas, seus modos de vida e, principalmente, suas potências e recalitrâncias.

Intentamos, ainda, dar pistas para a construção coletiva de uma prática compromissada, além disso, apresentamos críticas, mas também caminhos que possibilitam essa viabilização. Contudo, por se tratar de um trabalho acadêmico para fins de conclusão de curso, não se esgotam aqui as contingências de mudança nem, tampouco, as vozes a serem ouvidas. Na medida das limitações e do que foi proposto, trouxemos elucidações pertinentes às questões atuais da psicologia e das subjetividades.

Tecendo conclusões deste trabalho, apresentamos Conceição Evaristo, escritora que cunhou o termo ‘escrevivências’ para dizer das escritas que ela e muitas mulheres negras fazem como contribuição para sua história, como resgate ancestral de suas raízes e de seus conhecimentos, portanto, é a partir disso que deixamos, também, a nossa contribuição:

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças (EVARISTO, 2020, p. 30).

Por fim, pretendemos colaborar com as discussões acadêmicas e de vivência geral, além de incentivar as mulheres e negras a lerem e escreverem sobre suas dores, suas vitórias e suas jornadas, para que a nossa história nunca mais seja apagada ou esquecida, porque a partir da escrita abrem-se possibilidades para uma (r)existência resistente.

*Todas as manhãs junto ao nascente dia
ouço a minha voz-banzo,
âncora dos navios de nossa memória.
E acredito, acredito sim
que os nossos sonhos protegidos
pelos lençóis da noite
ao se abrirem um a um
no varal de um novo tempo
escorrem as nossas lágrimas
fertilizando toda a terra
onde negras sementes resistem
reamanhecendo esperanças em nós.
(EVARISTO, 2008, p. 13)*

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a minha orientadora Renata Vilela, que aceitou de prontidão me orientar neste trabalho, dedicando tempo e conhecimento para que eu pudesse trilhar este caminho sinuoso de pesquisa e escrita potente.

Agradeço a Layane, professora integrante da banca que presenciou todo meu percurso acadêmico, contribuindo para a profissional que me tornarei. Agradeço ao Guilherme, professor que também integra a banca, pela disposição, pelas oportunidades, pelos trabalhos juntamente construídos e pela abertura em dividir vivências de um período tão conturbado de estudo remoto e pandemia.

Agradeço a minha mãe, Lucilene, que foi meu primeiro exemplo de mulher forte, força motriz, de coragem de viver e enfrentar os percalços de criar duas filhas sozinha, sem nunca deixar faltar amor e presença.

Agradeço a minha avó, Dirce, que foi – de fato, abrigo da semente moto-contínuo do meu mundo; que me contou histórias e me repassou saberes quando busquei, incessante, o resgate de minhas origens; que como minha mãe, criou seus filhos sozinha e, por muitos anos, a noite não adormeceu em seus olhos.

Agradeço a minha irmã, Mariana, que compõe o núcleo de mulheres fortes que me rodeiam, adolescente em plena construção, já me mostrou tantas vezes o valor do amor fraterno. Agradeço, também, a toda minha família que, de alguma forma, contribuiu para minha jornada pessoal até aqui.

Agradeço, ainda, ao meu companheiro Uelbert, pela compreensão, apoio e cobrança durante a escrita deste trabalho; pela disposição em aceitar todos os desafios que eu propunha para imergir neste tema, e pela proatividade na ajuda do meu resgate ancestral.

Agradeço a minha amiga Larissa, por ser inspiração de mulher negra, forte, convicta, corajosa, e ao mesmo tempo, humana e sensível. Agradeço, também, a minha amiga Naielly, por dividir angústias acerca da negritude, pelas trocas de escrivivências, pela identificação e reconhecimento das questões que nos rodeiam enquanto mulheres racializadas.

Agradeço as minhas amigas de vida, Dhiânelly, Eliza e Karine, por serem exemplos de profissionais, por constituírem minha rede de apoio diária e pelas infinitas trocas que me engrandecem a cada dia. Agradeço à Mariane, minha amiga que é exemplo de pesquisadora e cientista, grande impulsionadora do meu interesse em continuar na academia.

Agradeço, por fim, aos meus ancestrais, pela resistência e insistência em existir, que me trouxeram até aqui e me permitiram escrever em seus nomes sobre suas histórias.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, S. F. **O projeto de uma psicologia científica em Wilhelm Wundt: uma nova interpretação.** Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

BOCK, A. M. B. **A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para a psicologia atual.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

BOCK, A. M. B. **Formação do psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico.** Psicologia: Ciência e Profissão. v. 17, n. 2, p. 37-42, jan. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/NJYycJNvX58WS7RHRssSjjH/?lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2021.

CARNEIRO, S. **Mulheres em movimento.** Estudos Avançados [online]. v.17, n.49, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>. Acesso em: 15 out. 2021.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina.** Um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

EM PALESTRA-PERFORMANCE, Grada Kilomba desfaz a ideia de conhecimento “universal”. São Paulo: MITsp, 2016. Disponível em: <https://mitsp.org/2016/em-palestra-performance-grada-kilomba-desfaz-a-ideia-de-conhecimento-universal/>. Acesso em: 18 out. 2021.

EVARISTO, C. **A escrevivência e seus subtextos.** In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R (org.). *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo.* 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FANON, F. **Alienation and freedom.** Londres: Bloomsbury academic, 2018.

FIGUEIREDO, L. C. M. **A invenção do psicológico: Quatro séculos de subjetivação (1500-1900).** Linhas de fuga (2. ed.). São Paulo: Escuta, 1994.

FIGUEIREDO, L. C. M.; SANTI, P. L. R. de. **Psicologia: uma (nova) introdução: uma visão histórica da psicologia como ciência.** 3 ed. São Paulo: EDUC, 2016.

GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos.** Rio Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, b. **Olhares negros: raça e representação.** São Paulo: Elefante, 2019.

LACERDA, M. B. **Colonização dos corpos: ensaio sobre o público e o privado: patriarcalismo, patrimonialismo, personalismo e violência contra as mulheres na**

formação do brasil. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=16570@1>. Acesso em: 01 set. 2021

LANE, S. T. M. **A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia.** In S. T. M. Lane & W. Codo, Psicologia Social: O homem em movimento. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

NASCIMENTO. M. B. **A mulher negra e o amor.** In: RATTIS, A. Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/ Instituto Kuanza, 2006.

PRADO FILHO, K.; MARTINS, S. **A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s).** Psicol. Soc., Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 14-19, Dec. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 nov. 2020.

QUIJANO, **A Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142.

ROSE, N. **Psicologia como uma ciência social.** Psicologia & Sociedade, United Kingdom, v. 20, n. 2, p. 155-164, ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/9vmjdfJLFkXYLcPbRNYgnbt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 25 ago. 2021.

SANTOS, A. B. **Somos da terra.** PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 12, pp. 44-51, 2018.

VITORIO, R. B. DA S. **Raça, Corpo e Existência: uma leitura pós-colonial em Fanon.** Anãnsi: Revista de Filosofia, v. 1, n. 2, p. 14-26, 30 dez. 2020.